

Competitividade da agroindústria brasileira e negociações tarifárias na Alca¹

Mauro de Rezende Lopes²
Bruno de Souza Pinho³

Resumo: O Brasil pode avaliar a sua inserção competitiva nos mercados agroindustriais do Hemisfério, e do mundo, nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), bem como na Organização Mundial do Comércio (OMC). No passado recente foram analisadas as ofertas de reduções de tarifas, as quais cada país colocou sobre a mesa no âmbito da Alca. O Brasil fez uma oferta inicial, que foi harmonizada com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o qual, por sua vez, apresentou a própria oferta. Se houver uma retomada das negociações, essas deverão iniciar-se a partir de ofertas feitas por todos os países participantes, os quais deverão iniciar um processo de “melhora” de suas ofertas de reduções de tarifas, aqui entendidas como redução mais prematura dos níveis tarifários. Nesse momento, é necessário que o Brasil tenha um conjunto de agroindústrias que possam arcar com uma maior desgravação tarifária, baseado na competitividade das cadeias em tela. Independentemente das negociações, o exercício que se segue tem valor para quaisquer contextos de negociações, porquanto hierarquizar as possíveis concessões tarifárias que o Brasil possa vir a ter de fazer.

Palavras-chave: negociações tarifárias, Alca, Mercosul, OMC, competitividade das cadeias agropecuárias.

Introdução

Qualquer país que participe de negociações tarifárias deve ter uma boa idéia – baseada em pesquisa – acerca dos seus limites em termos de concessões que poderão ser feitas nas mesas de negociações. A pesquisa desempenha um papel importante na medida em que serve de base para uma barganha mais equilibrada entre ganhos

e perdas nas negociações. A base de todo esse processo é a competitividade das cadeias agroindustriais. Este trabalho propõe, portanto, uma metodologia de hierarquização de cadeias agroindustriais para fins de concessões tarifárias. Adota como exemplo prático as negociações no âmbito da Alca. Entretanto, independentemente das negociações escolhidas o método tem seus próprios métodos.

¹Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada no 41º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), realizado no período de 27 a 30 de julho de 2003, em Juiz de Fora (MG). Para a sua publicação na *Revista de Política Agrícola*, o artigo foi revisto em junho de 2007.

²Atualmente pesquisador do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (CEA/FGV), foi também pesquisador da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), editor da *Coleção Análise e Pesquisa*, bem como da *Carta Mensal* da Superintendência de Estudos e Pesquisa (Supec), da CFP. Além disso, foi membro da equipe negociadora, do Brasil, na Rodada Uruguaí. Correio eletrônico: mrlopes@fgv.br.

³Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Um princípio importante no processo das negociações tarifárias (oferta tarifária) é aquele segundo o qual quanto mais competitiva a indústria tão mais prematura pode ser a desgravação tarifária de seus produtos. Se a agroindústria produz um produto importado, e é um setor eficiente no país, é possível conduzir uma desgravação tarifária relativamente mais rápida. Por razão mais forte ainda, se a agroindústria é competitiva e produz um produto exportável é possível desgravar a agroindústria o mais rapidamente possível em um cronograma de desgravação tal como o proposto no caso das negociações da Alca.

Em suma, quanto mais competitiva a agroindústria mais rápida pode ser a sua desgravação tarifária. É lógico que, no caso das importações, a redução tarifária poderá ser mais rápida se não houver subsídios na origem. No caso das exportações, se houver subsídio num país potencial importador a desgravação tarifária imediata atuará como uma forma de acesso a mercado, oferecendo uma negociação em um regime de, por exemplo, zero por zero (um país zera sua tarifa se os demais fizerem o mesmo).

Neste trabalho, adotamos o conceito segundo o qual a cadeia será tão mais competitiva quanto menos afetada for pelo custo Brasil; isto é, uma cadeia agropecuária que sofrer pouco efeito relativo do custo Brasil terá uma desgravação mais rápida.

Na Tabela 1, incluímos as seguintes colunas: “margem líquida”, “margem líquida com critérios”, “relação entre as margens”, “tarifa de base”, “desgravação tarifária proposta pelo Mercosul”, “desgravação tarifária proposta pelo Brasil”, “exportações e importações do Brasil para os países da Alca que não os do Mercosul”, “saldo de comércio” e, finalmente, uma coluna que informa se o produto tem ou não “subsídios na origem”.

Analisemos, então, a metodologia proposta para a análise. O critério para selecionar cadeias altamente competitivas foi, em primeiro lugar, o menor peso relativo de impostos, de juros e de encargos sociais – isto é, o menor peso relativo do custo Brasil – na rentabilidade da cadeia (da produção até o atacado). Quanto menores esses ônus mais competitiva é a cadeia agroindustrial. O segundo critério consistiu em hierarquizar as agroindústrias brasileiras em termos de menor uso relativo de fatores tradicionais: terra, trabalho e capital. Como esses fatores não são, necessariamente, fontes permanentes de rentabilidade das cadeias, quanto menor o seu uso tanto mais eficiente será a cadeia agroindustrial. Recorramos, pois, a dois estudos: um deles feito em 1999 pelo Centro de Estudos Agrícolas (CEA/FGV), para o Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), e denominado *Estudo dos fatores que afetam a competitividade do agribusiness brasileiro*; e o outro, intitulado *Cadeias produtivas no Brasil*, elaborado em 2001 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação do CEA/FGV. Em ambos estão discutidos, em profundidade, e detalhadamente, o porquê de elegermos esses critérios. A Tabela 1 apresenta as mais eficientes e competitivas agroindústrias brasileiras, as quais assim se classificam por ser hierarquizadas em razão do menor impacto do custo Brasil em sua rentabilidade. A coluna “margem líquida atual” apresenta a rentabilidade total da cadeia, nas condições brasileiras, com o custo Brasil; isto é, com impostos, juros e encargos sociais. A coluna “margem líquida com aplicação dos critérios” informa a rentabilidade das agroindústrias depois de deduzido o peso dos impostos, dos juros e dos encargos sociais.⁴ A comparação entre ambas as colunas (rentabilidades) permite avaliar até que ponto a cadeia é vulnerável ao custo Brasil. Quanto maior a diferença entre as

⁴ Por exemplo, quando reduzimos os juros atuais de 25%, aproximadamente, para 9%, os encargos sociais se reduzem de 80% a 90%, da folha de pagamento, para cerca de 48%, com a adoção do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado; e os impostos são aliviados dos efeitos cascata (PIS, Cofins e CPMF). Assim, juros, encargos sociais e impostos não são eliminados; são apenas reduzidos.

Tabela 1. Agroindústrias brasileiras, competitividade e desgravação tarifária na Alca, efeito do custo Brasil sobre a competitividade das cadeias.

Discriminação	Margem líquida atual (%)	Margem líquida com critérios (%)	Relação (%)	Tarifa de base	Desgravação		Comércio na ALCA fora do Mercosul ⁽¹⁾			Subsídios na origem
					Marcosul	Brasil	Exportações	Importações	Saldo	
Frango de Santa Catarina	41,50	44,32	6,38	12,5	D	D	9.621	0	9.621	
Milho Argentino, Frango Brasil	35,55	38,47	7,59	9,5	D	D	25	4.409	-4.384	
Frango de São Paulo	30,56	34,13	10,46	12,5	D	D	9.621	0	9.621	
Leite em Pó	24,94	29,98	16,79	15,5	D	D	0	0	0	Sim
Trigo PR – Plantio Direto	47,40	57,45	17,49	11,5	D	D	0	37.486	-37.486	Sim
Trigo PR – Plantio Convencional	45,33	55,27	18,00	11,5	D	D	0	37.486	-37.486	Sim
Feijão Preto	42,45	51,98	18,34	0,0	A	A	4	0	4	
Trigo RS – Plantio Direto	53,18	67,61	21,35	11,5	D	D	0	37.486	-37.486	Sim
Trigo RS – Plantio Convencional	52,08	66,87	22,12	11,5	D	D	0	37.486	-37.486	Sim
Leite B	24,07	31,48	23,53	15,5	D	D	0	0	0	Sim
Café Exportação	39,28	53,44	26,51	11,5	C	C	404.980	1	404.979	
Arroz de Sequeiro dos Estados Centrais	24,55	34,04	27,89	18,0	D	D	1.982	1.381	601	
Café Conillon, Torrado e Moído	27,71	40,32	31,27	11,5	C	C	404.980	1	404.979	
Feijão de Cores	36,13	53,31	32,23	0,0	A	A	4	0	4	
Algodão de Goiás	20,86	38,70	46,10	10,0	D	D	463	16.726	-16.263	Sim
Algodão Importado	10,07	22,81	55,83	10,0	D	D	463	16.726	-16.263	Sim
Algodão de São Paulo	10,02	22,76	55,97	10,0	D	D	463	16.726	-16.263	
Alcool de São Paulo	7,41	20,02	63,00	13,5	D	D	1	26.093	-26.092	
Alcool de Pernambuco	8,43	30,96	72,76	13,5	D	D	1	26.093	-26.092	
Açúcar de Pernambuco	7,42	29,39	74,77	30,0	D	A	123.327	1	123.326	
Açúcar de São Paulo	6,31	26,17	75,88	30,0	D	A	123.327	1	123.326	
Leite C	3,13	18,75	83,33	15,5	D	D	0	0	0	Sim

Dados básicos: MICT. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Em R\$ 1.000,00.

Fonte: Fatores que afetam a competitividade do *agribusiness* brasileiro. Centro de Estudos Agrícolas (FGV, 1999).

colunas mais vulnerável (e pouco competitiva, nas condições brasileiras) é a cadeia agropecuária.

O leite C (ver última linha da Tabela 1), por exemplo, tem uma rentabilidade de 3% com os impostos, os juros e os encargos, e de 18% quando esses são deduzidos. Logo, essa cadeia é pouco competitiva por ser muito vulnerável ao custo Brasil. A rentabilidade potencial, com os custos Brasil reduzidos, perde 83,33% com a incidência do custo Brasil (coluna “relação %”). Com o custo Brasil, o frango tem uma rentabilidade da ordem de 27,03%; e, sem ele, de 25,75%. No caso dessa cadeia, portanto, a genética, o manejo, a nutrição e a tecnologia, em geral, bem como a organização da cadeia, etc., são tão importantes que acabam tornando o setor menos vulnerável ao custo Brasil. Finalmente, na coluna “relação (%)” hierarquizamos as melhores e mais eficientes agroindústrias brasileiras, partindo, para isso, das menos para as mais vulneráveis ao custo Brasil.

Assim, verificamos que as atividades de produção de frango para exportação e para o mercado interno estão entre as mais eficientes, o que não causa tanta surpresa; além de ter

constatado que uma das cadeias menos eficientes na agroindústria nacional é a do leite C. Se uma empresa enquadrar-se nessa última cadeia/agroindústria ela não tem como competir na Alca (ou no mundo globalizado), a menos que o setor tenha a sua desgravação aprazada para um período consistente com uma profunda reforma de redução dos custos Brasil. Uma outra possibilidade seria tal empresa adotar um outro posicionamento estratégico, desde a produção até o consumo, e, como sabemos, com muito mais investimento em tecnologia, em comercialização, etc. O ponto é que, numa cadeia com grandes problemas, muito pouco adiantaria fazer, pois a competição sempre acarretaria uma baixa rentabilidade para as empresas de tal agroindústria. Essa mesma metodologia foi aplicada nas Tabelas 1 e 3.

Apliquemos, adicionalmente, um outro critério, que consiste em averiguar a capacidade de a cadeia agroindustrial agregar valor em cada etapa, ou elo, da produção à industrialização (o que se convencionou a chamar de cadeia de valor na agroindústria). Para tanto, subtraímos do valor bruto das receitas da cadeia todos os gastos com terra, trabalho e capital, os quais são fatores primários

de produção disponíveis e abundantes na economia brasileira. É muito difícil ganhar dinheiro com tais fatores primários em uma economia do conhecimento, e num mundo altamente competitivo como este em que vivemos. Isso é tanto mais verdade quando constatamos que as cadeias mais dependentes dos fatores terra, trabalho e capital são justamente aquelas de menor rentabilidade.

Assim, o segundo critério de competitividade consiste no seguinte: quanto menos gastarmos com fatores primários, tanto melhor. Vejamos o quanto as cadeias geram de valor com outros fatores, tais como tecnologia, posicionamento mercadológico, competência estratégica de gestão, etc., que, em última instância, fazem algumas atividades serem lucrativas (e muito) e outras não.

Quem gasta, por exemplo, apenas 30% do valor da produção com fatores primários, fica ainda com 70% do valor da produção para gastar em insumos estratégicos, os quais agregam (ou podem agregar) valor – com tecnologia, processos produtivos lucrativos, insumos específicos muito rentáveis, *marketing* e posicionamento no mercado, gestão estratégica e fatores que, hoje, fazem enorme diferença em termos de rentabilidade de cadeias modernas.

A Tabela 2 hierarquiza as principais cadeias agropecuárias brasileiras, de acordo com o critério de agregação de valor. A coluna “impostos, juros e encargos sociais elevados” mostra que a cadeia do frango de exportação (frango SC), por exemplo, compromete, desde a ração até o frango no porto, apenas 32% de

Tabela 2. Agroindústrias brasileiras, competitividade e desgravação tarifária na Alca gastos em terra, trabalho e capital e agregação de valor.

Discriminação	Com custo Brasil	Com critérios	Relação (%)	Tarifa de base	Desgravação		Comércio na Alca fora do Mercosul ⁽¹⁾		
					Mercosul	Brasil	Exportações	Importações	Saldo
Frango SC	32,67	28,63	12,38	11,5	D	D	9.621	0	9.621
Trigo Importação RS – Plantio Direto	33,17	18,01	45,69	11,5	D	D	0	37.486	-37.486
Leite Importado – em Pó Argentino	33,57	33,17	1,22	15,5	D	D	0	0	0
Trigo Importação RS – Plantio Convencional	34,22	18,56	45,78	11,5	D	D	0	37.486	-37.486
Milho Argentino, Frango Brasil	35,98	31,60	12,16	9,5	D	D	25	4.409	-4.384
Farelo de soja PR – Plantio Direto, Atacado SP	36,06	36,04	0,05	11,5	C	C	1	188	-187
Farelo de soja PR – Plantio Convencional, Atacado SP	37,52	36,72	2,13	11,5	C	C	1	188	-187
Leite Argentina	38,18	35,71	6,46	15,5	D	D	0	0	0
Frango SP	38,96	32,53	16,50	11,5	D	D	9.621	0	9.621
Trigo Importação PR – Plantio Direto	39,28	28,47	27,53	11,5	D	D	0	37.486	-37.486
Trigo Importação PR – Plantio Convencional	41,07	29,98	26,99	11,5	D	D	0	37.486	-37.486
Milho Argentina 9 t/ha	46,99	44,86	4,53	9,5	D	D	25	4.409	-4.384
Feijão Preto	50,68	39,12	22,81	0	A	A	4	0	4
Leite B	55,17	43,33	21,46	15,5	D	D	0	0	0
Farelo de soja argentina	56,75	49,65	12,51	11,5	C	C	1	188	-187
Leite em Pó Importado – Importação Atual	57,20	48,85	14,58	15,5	D	D	0	0	0
Feijão de Cores	57,28	37,77	34,05	0	A	A	4	0	4
Arroz de Sequeiro	58,08	45,32	21,96	18	D	D	1.982	1.381	601
Trigo Argentino Importado	70,42	69,47	1,34	11,5	D	D	0	37.486	-37.486
Algodão GO	70,68	44,24	37,41	10	D	D	463	16.726	-16.263
Soja MA	72,81	45,56	37,43	9,5	B	B	49.860	45.529	4.331
Soja GO	77,89	48,01	38,36	9,5	B	B	49.860	45.529	4.331
Soja MS	79,87	56,79	28,90	9,5	B	B	49.860	45.529	4.331
Soja RS	81,57	51,14	37,31	9,5	B	B	49.860	45.529	4.331
Algodão Importado	84,13	66,66	20,77	10	D	D	463	16.726	-16.263
Algodão SP	84,20	66,71	20,77	10	D	D	463	16.726	-16.263
Soja PR – Plantio Direto	85,78	46,81	45,43	9,5	B	B	49.860	45.529	4.331
Soja Argentina	86,04	78,63	8,61	9,5	B	B	49.860	45.529	4.331
Álcool PE	89,06	58,53	34,28	13,5	D	D	1	26.093	-26.092
Álcool SP	89,80	72,95	18,77	13,5	D	D	1	26.093	-26.092
Açúcar PE	90,47	61,52	32,00	30	D	A	123.327	1	123.326
Açúcar SP	90,76	63,00	30,59	30	D	A	123.327	1	123.326
Soja PR – Plantio Convencional	91,03	48,17	47,08	9,5	B	B	49.860	45.529	4.331
Leite C	93,75	64,71	30,98	15,5	D	D	0	0	0

Dados básicos: MICT. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Em R\$ 1.000,00.

Fonte: Fatores que afetam a competitividade do agribusiness brasileiro. Centro de Estudos Agrícolas (FGV, 1999).

todo o valor da produção com remuneração de terra, trabalho e capital. Por outro lado, o leite C compromete 93,75% do seu valor da produção com esses três fatores básicos de produção. Logo, quanto maior o comprometimento do valor de produção da cadeia com os fatores básicos pior será a cadeia em termos de competitividade e de capacidade de atração de investimentos. Quase todo o recurso gerado na cadeia do leite C se destina a remunerar esses três fatores, os quais agregam muito pouco, em termos de valor, em uma cadeia agropecuária.

Analisando as Tabelas 1 e 2, verificamos que a criação de frango desponta como atividade de alto potencial de competitividade nas condições brasileiras (com juros, impostos e encargos sociais que tanto oneram os setores da economia). Partindo-se do pressuposto de que os ônus que gravam as cadeias não vão mudar, os setores menos vulneráveis a esses custos Brasil desfrutam de possibilidades para explorar o mercado mundial com desdobramentos importantes. Podem suportar uma competitividade maior, no âmbito da Alca. No caso do frango, poderiam competir eficazmente no Hemisfério, assim como ser desgravados o mais rápido possível.

Passemos, pois, à análise dos resultados. A Tabela 1, cujos dados são originários da pesquisa do Centro de Estudos Agrícolas, mostra algumas coisas importantes para o processo negociador. Em primeiro lugar, o frango produzido em Santa Catarina, predominantemente para a exportação, o “Frango Brasil”, produzido com milho argentino, e os frangos produzidos em São Paulo, para venda no mercado interno, estão escalonados para desgravação em um período de mais de dez anos (categoria D), muito embora essas cadeias exibam os mais elevados padrões de competitividade da agroindústria nacional.

O trigo, por sua vez, é um produto importante na nossa pauta de importação. Tem desgravação aprazada também para mais de dez anos, muito embora a produção brasileira

tenha apresentado elevados padrões de eficiência, além de ser uma cadeia muito eficiente, quer seja tecnologicamente, quer seja nos padrões de ser pouco afetada pelo custo Brasil, como indica nossos estudos.

É importante notar que alguns setores privados brasileiros, da maior expressão nas respectivas cadeias, como é o caso das cadeias de soja, de açúcar e de frango, sugeriram que, na oferta do Mercosul, estariam dispostos a aceitar um cronograma de desgravação imediata de zero. No caso da soja, o próprio setor sugeriu o regime zero por zero. Isso foi proposta do próprio setor privado – vale enfatizar.

Outro fato importante é a oferta, do Brasil, no açúcar (que está no final da tabela, juntamente com os produtos bem influenciados pelo custo Brasil), ser de desgravação imediata (categoria A). Entretanto, essa cadeia acabou tendo uma oferta de desgravação aprazada para mais de dez anos, por pressão dos parceiros do Mercosul. Ainda na Tabela 1 é importante notar que o açúcar tem uma tarifa de base da ordem de 30% – a mais alta de toda a relação – cabendo, portanto, o questionamento sobre até que ponto isso se justificaria na oferta do Mercosul.

Destarte, essa tabela indica ser possível melhorar a oferta brasileira com desgravação imediata dos produtos em seu tope. Poderíamos iniciar o processo de melhora de ofertas com o frango, e também com produtos como o leite em pó e o trigo. O algodão poderia ter uma desgravação aprazada na categoria de até cinco anos (categoria C), e assim sucessivamente. O problema, vale ressaltar, é o fato de esses produtos terem subsídios na origem.

Na Tabela 2 analisa-se a competitividade da agroindústria brasileira a partir do critério de menor utilização possível de fatores tradicionais de produção, tais como terra, trabalho e capital.

Nesse caso, verificamos que produtos tais como frango, e, novamente, as cadeias do trigo, do leite em pó, do milho argentino, do frango Brasil, do farelo de soja, bem como as importações de trigo são, na verdade, altamente competitivas. Isso porque, de acordo com nossos critérios, elas “utilizam pouco” os fatores terra, trabalho e capital. Poderiam, portanto, ter uma desgravação tarifária mais rápida.

Verificamos que apenas o farelo de soja tem redução tarifária apazada na categoria C. Os demais produtos têm desgravação na categoria de mais de dez anos. Por conseguinte, uma melhoria na oferta brasileira poderia ser a desgravação das exportações de frango e de farelo de soja; assim como das importações de trigo e de leite em pó que estão no topo da Tabela 2. Aqui o Brasil poderia melhorar a oferta.

Na Tabela 3 utilizamos o mesmo raciocínio e os mesmos cálculos usados na Tabela 1; dessa feita com os dados provenientes do estudo *Cadeias produtivas no Brasil*, levado a efeito pelos técnicos da Embrapa (VIEIRA et al., 2001), com a participação do Centro de Estudos Agrícolas.

É interessante notar que produtos como cacau e soja, e alguns outros, têm uma desgravação “mais imediata” em termos relativos, pois estão incluídos nas categorias B (até 3 anos) e C. Os produtos relativamente “pouco competitivos”, porque vulneráveis ao custo Brasil, são, entre outros, o algodão de sequeiro, com tecnologia atual; o leite; o milho; e o cacau, com tecnologia tradicional em Itabuna e Ilhéus, na Bahia.

Tabela 3. Agroindústrias brasileiras, competitividade e desgravação tarifária na Alca, efeito do Custo Brasil sobre a competitividade das cadeias.

Discriminação	Margem líquida atual (%)	Margem líquida com critérios (%)	Relação (%)	Tarifa de base	Desgravação		Comércio na Alca fora do Mercosul ⁽¹⁾		
					Mercosul	Brasil	Exportações	Importações	Saldo
Soja RS – Tecnologia Atual	38,96	39,72	1,92	11,50	C	C	841	0	841
Soja PR – Tecnologia Melhorada	25,03	26,23	4,59	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Leite B SP – Sistema Potencial	42,85	45,74	6,31	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Leite em Pó – Tecnologia Tradicional	35,94	38,86	7,52	15,50	D	D	0	0	0
Arroz – Sistema 3 – Nivel Potencial de Tecnologia	38,26	41,39	7,56	27,00	D	D	116	254	-137
Soja RS – Tecnologia Melhorada	41,88	45,47	7,90	18,00	D	D	1.982	1.381	601
Arroz – Sistema 2 – Nivel Melhorado de Tecnologia	25,43	27,89	8,83	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Soja PR – Tecnologia Atual	35,46	38,99	9,06	18,00	D	D	1.982	1.381	601
Leite B SP – Sistema Melhorado	36,52	40,20	9,15	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Feijão de Cores – Sistema 2 – Nivel Melhorado de Tecnologia	35,60	39,46	9,78	15,50	D	D	0	0	0
Cacau – Tecnologia Potencial - Itabuna, Ilhéus, BA	46,70	51,91	10,03	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Feijão de Cores – Sistema 4 – Plantio Direto, Tibagi, PR	50,41	56,05	10,06	11,50	C	C	841	0	841
Tomate GO – Sistema III - Proposto pela Embrapa	45,72	50,97	10,30	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Tomate GO – Sistema II – Utilização de Mudanças e Transplantes	33,12	37,18	10,92	19,50	D	C	341	1.748	-1.407
Leite em Pó – Tecnologia Moderna	29,41	33,26	11,56	19,50	D	C	341	1.748	-1.407
Arroz – Sistema 1 – Nivel Atual de Tecnologia	23,43	26,85	12,72	27,00	D	D	116	254	-137
Feijão de Cores – Sistema 3 – Nivel Potencial de Tecnologia	41,29	48,06	14,09	18,00	D	D	1.982	1.381	601
Tomate GO – Sistema I – Cultivares de Polinização Aberta	36,14	42,19	14,34	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Algodão 22 – irrigado, Tecnologia Melhorada	28,32	33,43	15,29	19,50	D	C	341	1.748	-1.407
Soja MT – Tecnologia Melhorada	48,02	57,26	16,13	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Leite B SP – Sistema Atual	33,05	39,44	16,22	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Trigo RS – Baixo	28,76	34,69	17,11	15,50	D	D	0	0	0
Trigo RS – Alto	29,95	36,82	18,66	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Algodão 21 – Irrigado, Tecnologia Atual	35,51	44,27	19,79	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Algodão 12 – de sequeiro, Tecnologia Melhorada	44,70	57,79	22,66	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Soja MT – Tecnologia Atual	44,63	57,84	22,83	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Trigo PR – Alto	24,34	31,87	23,62	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Trigo PR – Médio	35,01	45,99	23,89	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Trigo PR – Baixo	31,71	42,38	25,18	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Algodão 11 – de sequeiro, Tecnologia Atual	30,94	41,78	25,93	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Feijão de Cores – Sistema 1 – Nivel Atual de Tecnologia	28,88	39,40	26,71	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Leite em Pó – Tecnologia Potencial	42,22	58,61	27,97	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Leite GO – Sistema de Produção Avançado	28,68	40,28	28,80	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Milho – Tecnologia em Uso	22,71	32,44	30,00	27,00	D	D	116	254	-137
Milho – Tecnologia Melhorada	22,22	43,79	49,25	15,50	D	D	0	0	0
Leite GO – Sistema de Produção Tradicional	5,83	14,16	58,86	9,50	D	D	25	4.409	-4.384
Cacau – Tecnologia Tradicional - Itabuna, Ilhéus, BA	5,58	14,20	60,70	9,50	D	D	25	4.409	-4.384
Leite GO – Sistema de Produção Melhorado	15,08	50,94	70,39	15,50	D	D	0	0	0
Leite GO – Sistema de Produção Tradicional	14,86	51,02	70,87	11,50	C	C	841	0	841
Leite GO – Sistema de Produção Melhorado	9,79	34,12	71,29	15,50	D	D	0	0	0

Dados básicos: MICT. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Em R\$ 1.000,00.

Fonte: Cadeias Produtivas no Brasil (EMBRAPA, 2001).

É sumamente interessante assinalar o fato de ficar claro, na Tabela 3, a possibilidade de a tecnologia poder afetar positivamente a competitividade da cadeia e permitir uma desgravação tarifária mais rápida. Tais são os casos – como o do tomate, por exemplo – em que prevalecem posições melhores de competitividade, para as cadeias, nos sistemas 3 e 2. No caso do trigo no Paraná e do trigo do Rio Grande do Sul, quanto mais alta a tecnologia melhor a posição relativa de competitividade da cadeia, e assim sucessivamente.

A Tabela 4 faz uma análise idêntica àquela conduzida na Tabela 2, no estudo feito, pelo CEA/FGV, para o Ipea. Aqui, porém, estamos analisando a constelação de cadeias da Embrapa.

Produtos como o feijão, a soja, o leite, o arroz (com o nível atual de tecnologia e de

sistema potencial e melhorado) e o trigo (com alta tecnologia) – todos com tecnologia “mais avançada” – poderiam ter uma desgravação tarifária mais rápida em se considerando o conceito segundo o qual tais cadeias são competitivas por demandarem pouca terra, pouco trabalho e pouco capital.

Em compensação, as cadeias de algodão de sequeiro (com tecnologia atual), de cacau (com uma tecnologia melhorada em Itabuna e em Ilhéus, na Bahia), de leite em pó (com tecnologia moderna), e de milho, todas elas sofreriam muito com uma abertura comercial “mais prematura”, em razão de a sua produção utilizar muitos fatores tradicionais de terra, trabalho e capital.

Assim, poderíamos concluir que, de uma maneira geral, e apesar de muitas cadeias exibirem elevados padrões de competitividade,

Tabela 4. Agroindústrias brasileiras, competitividade e desgravação tarifária na Alca, efeito do Custo Brasil sobre a competitividade das cadeias.

Discriminação	Margem líquida atual (%)	Margem líquida com critérios (%)	Relação (%)	Tarifa de base	Desgravação		Comércio na Alca fora do Mercosul ⁽¹⁾		
					Mercosul	Brasil	Exportações	Importações	Saldo
Feijão de Cores – Sistema 2 – Nível Melhorado de Tecnologia	23,94	18,68	21,97	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Feijão de Cores – Sistema 4 – Nível de Tecn. em Plantio Direto, Tibagi, PR	28,89	23,46	18,78	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Soja PR – Tecnologia Melhorada	29,27	25,00	14,57	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Soja PR – Tecnologia Atual	33,93	28,76	15,25	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Leite B SP – Sistema Potencial	34,29	31,71	7,52	15,50	D	D	0	0	0
Arroz – Sistema 1 – Nível Atual de Tecnologia	35,43	27,40	22,67	18,00	D	D	1.982	1.381	601
Leite B SP – Sistema Melhorado	35,74	33,23	7,03	15,50	D	D	0	0	0
Arroz – Sistema 3 – Nível Potencial de Tecnologia	36,67	34,16	6,83	18,00	D	D	1.982	1.381	601
Arroz – Sistema 2 – Nível Melhorado de Tecnologia	37,10	33,51	9,68	18,00	D	D	1.982	1.381	601
Trigo RS – Alto	39,56	30,19	23,67	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Feijão de Cores – Sistema 3 – Nível Potencial de Tecnologia	39,72	32,43	18,34	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Algodão 22 – irrigado, Tecnologia Melhorada	39,92	27,75	30,48	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Soja MT – Tecnologia Melhorada	40,16	32,45	19,20	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Trigo PR – Alto	40,60	27,91	31,25	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Leite B SP – Sistema Atual	40,80	35,26	13,58	15,50	D	D	0	0	0
Leite em Pó – Tecnologia Tradicional	41,37	39,30	5,00	27,00	D	D	116	254	-137
Tomate GO – Sistema III - Proposto pela Embrapa	44,63	39,15	12,26	19,50	D	C	341	1.748	-1.407
Trigo RS – Médio	44,86	32,03	28,59	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Cacau – Tecnologia Potencial - Itabuna, Ilhéus, BA	44,90	38,28	14,75	11,50	C	C	841	0	841
Trigo PR – Médio	44,97	32,09	28,63	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Soja RS – Tecnologia Atual	45,84	41,27	9,98	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Soja RS – Tecnologia Melhorada	46,07	40,42	12,27	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Tomate GO – Sistema II – Utilização de Mudanças e Transplantes	46,64	41,07	11,94	19,50	D	C	341	1.748	-1.407
Leite GO – Sistema de Produção Avançado	46,75	24,17	48,29	15,50	D	D	0	0	0
Algodão 21 – Irrigado, Tecnologia Atual	47,31	32,39	31,55	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Algodão 12 – de sequeiro, Tecnologia Melhorada	48,23	32,96	31,67	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Tomate GO – Sistema I – Plantio de Cultivares de Polinização Aberta	48,53	42,40	12,64	19,50	D	C	341	1.748	-1.407
Soja MT – Tecnologia Atual	48,80	36,78	24,64	9,50	B	B	49.860	45.529	4.331
Trigo PR – Baixo	49,17	39,07	20,55	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Trigo PR – Baixo	50,09	36,67	26,78	11,50	D	D	0	37.486	-37.486
Algodão 11 – de sequeiro, Tecnologia Atual	52,64	34,80	33,89	10,00	D	D	463	16.726	-16.263
Cacau – Tecnologia Melhorada – Itabuna, Ilhéus, BA	54,98	53,58	2,56	11,50	C	C	841	0	841
Feijão de Cores – Sistema 1 – Nível Atual de Tecnologia	55,97	40,31	27,97	11,50	C	C	3	4.573	-4.570
Leite em Pó – Tecnologia Moderna	62,84	59,32	5,59	27,00	D	D	116	254	-137
Milho – Tecnologia em Uso	66,46	42,38	36,24	9,50	D	D	25	4.409	-4.384
Milho – Tecnologia Melhorada	66,66	41,31	38,03	9,50	D	D	25	4.409	-4.384
Leite em Pó – Tecnologia Potencial	68,87	56,97	17,28	27,00	D	D	116	254	-137
Leite GO – Sistema de Produção Tradicional	76,21	32,97	56,74	15,50	D	D	0	0	0
Leite GO – Sistema de Produção Melhorado	77,51	42,76	44,83	15,50	D	D	0	0	0
Cacau – Tecnologia Tradicional – Itabuna, Ilhéus, BA	84,96	48,34	43,10	11,50	C	C	841	0	841

Dados básicos: MICT. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Em R\$ 1.000,00.

Fonte: Cadeias Produtivas no Brasil. EMBRAPA (VIEIRA et al., 2001).

a desgravação tarifária está aprazada, ainda, para mais de dez anos. No caso de uma eventual necessidade de melhoria de oferta tarifária brasileira, as cadeias mais competitivas poderiam contar – desde que não haja subsídio na origem para as importações, e tampouco para produtos exportáveis – com uma desgravação mais rápida; enquanto para outros produtos, que são mais vulneráveis ao custo Brasil, ou dependem mais de terra, de trabalho e de capital, seria recomendável que a desgravação tarifária, principalmente se formos importadores desses produtos, se processasse em um período mais longo. Talvez de dez anos, ou menos, naturalmente, caso haja introdução de reformas que venham a aliviar a agricultura brasileira dos pesados ônus representados pelos

encargos financeiros e sociais, assim como pelos impostos. Quanto à sobrevivência de cadeias que dependem de terra, de trabalho e de capital, tudo passa a depender da agregação de valor que se possa gerar com tecnologia, com investimentos e, sobretudo, com gestão empresarial estratégica. Como *commodities* esses produtos não teriam um grande futuro no mercado.

Referências

FGV. **Estudo dos fatores que afetam a competitividade do agribusiness brasileiro**. Rio de Janeiro, 1999. 1 CD-ROM.

VIEIRA, R. de C. M. T.; TEIXEIRA FILHO, A. R.; OLIVEIRA, A. J. de; LOPES, M. de R. Cadeias produtivas no Brasil: análise da competitividade. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 10, n. 4, p. 7-15, Out./Dez. 2001.